



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política - IPOL

BEATRIZ PESSOA PINHEIRO

**CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA:
O caso da censura literária na Bienal do Livro do Rio de Janeiro em
2019.**

Brasília - DF

2021

BEATRIZ PESSOA PINHEIRO

**CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA:
O caso da censura literária na Bienal do Livro do Rio de Janeiro em
2019.**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Thiago A. Trindade

Examinador/a:

Brasília - DF

2021

BEATRIZ PESSOA PINHEIRO

**CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA:
O caso da censura literária na Bienal do Livro do Rio de Janeiro em
2019.**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Thiago A. Trindade

Examinador/a:

Avaliado em: / /2021

Aprovado em: / /2021

Thiago Aparecido Trindade (IPOL/UnB)

Examinador/a (IPOL/UnB)

Brasília - DF

2021

Pinheiro, Beatriz.

Crise da democracia brasileira: O caso da censura literária na Bienal do Livro do Rio de Janeiro em 2019 / Beatriz Pessoa, 2021.

36 páginas.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília. Departamento de Ciência Política, 2018.

Orientador: Professor Doutor Thiago Aparecido Trindade. Departamento de Ciência Política

Capítulos:

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que confiaram no meu potencial quando eu mesma cheguei a duvidar. Aos meus pais, que sempre trataram a educação como um dos fundamentos mais importantes da minha criação e não mediram esforços para me proporcionar a melhor possível, também por me apoiaram infinitamente durante toda a minha vida. A todos os meus amigos e professores da UnB, que durante esses 5 anos fizeram da minha graduação um período especial.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar essa monografia as seguintes pessoas:

Primeiramente, agradeço a Deus, que me capacitou e me permitiu chegar até aqui, me deu forças e me guiou para que meu caminho fosse iluminado, apesar das dificuldades. Sem Ele, eu não estaria aqui, sou grata a tudo que Ele me proporcionou durante esse percurso.

Meus pais, Aguinaldo e Magda, que durante todos os meus anos de vida me apoiaram e me deram suporte para que eu chegasse até aqui, com muito amor, carinho e ensinamentos.

Aos meus amigos, João Victor do Carmo, Heloísa Ribeiro, Talita Mello, Gabriel Bessoni, Júlia Costa e Amanda Correa, que estiveram comigo todos durante esses 5 anos de graduação, me auxiliando e fazendo desse período mais leve e acolhedor.

Aos meus familiares, Ana Júlia, Thais, Fernanda, Laissa; meus avós, Maria e Marinho; a minha madrinha Ana Luiza e os demais que estiveram ao meu lado.

Agradeço também ao meu padrinho Marcus, que me auxiliou para que eu realizasse o meu sonho de entrar na Universidade e me ensinou tanto durante o meu período de vestibular.

Aos meus professores, especialmente ao meu orientador, Thiago Aparecido Trindade, que confiou a mim tantas oportunidades dentro da graduação, como no PET e no Pibic.

EPÍGRAFE

“Nenhuma alta sabedoria pode ser atingida sem uma dose de sacrifício” – C.S. Lewis, As Crônicas de Nárnia.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a censura como um elemento da crise da democracia em curso no Brasil, com foco nos acontecimentos da Bienal do Rio de Janeiro de 2019. A partir da análise da literatura sobre crise da democracia, e especialmente sobre a crise da democracia no Brasil, é possível perceber que, embora a democracia sempre tenha enfrentado grandes obstáculos para se consolidar no Brasil, a partir de 2016 (após o golpe que demoveu Dilma Rousseff do poder) esta crise parece estar se acentuando. Em 2018, com a eleição de um governo de extrema direita, mecanismos de censura e demais ataques à democracia se tornaram comuns no Brasil, representando um flagrante risco às instituições democráticas. O trabalho mostra como a censura ocorrida na Bienal é apenas uma das consequências da ascensão de governos conservadores e autoritários no país.

Palavras-chave: crise da democracia; censura; bienal do Rio de Janeiro; democracia; governos conservadores; censura literária; extrema direita.

ABSTRACT

The undergraduate thesis aims to analyze censorship as an element of the ongoing crisis of democracy in Brazil, focusing on the events of the Rio de Janeiro's Bienal of 2019 of democracy in Brazil, it is possible to notice that, although democracy has always faced great obstacles to consolidate in Brazil, from 2016 (after the coup that removed Dilma Rousseff from power) this crisis seems to be getting worse. In 2018, with the election of a far-right government, censorship mechanisms and other attacks on democracy became common in Brazil, representing a flagrant risk to democratic institutions. The work shows how the censorship that took place at the Bienal is just one of the consequences of the rise of conservative and authoritarian governments in the country.

Keywords: crisis of democracy; censorship; Rio de Janeiro Biennial; democracy; conservative governments; literary censorship; extreme right.

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Crise da democracia	14
1.1 Crise da democracia no Brasil.....	17
2. Controle cultural de governos conservadores	21
3. O caso da Bienal do Rio de Janeiro	24
4. Censura literária como elemento da crise da democracia	27
Considerações finais	30
Bibliografia	32

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como base dissertar sobre o acontecimento na Bienal do Rio de Janeiro de 2019. A Bienal do Livro do Rio de Janeiro é um dos maiores e mais importantes eventos literários do país, tendo sua primeira edição em 1983 no Copacabana Palace, hoje ocupa o espaço Riocentro e recebe milhares de pessoas durante todo o evento. A Bienal tem como principal propósito difundir a literatura no país, atraindo pessoas de todas as idades e diferentes gostos literários. Hoje, o evento é palco de lançamentos, palestras, música e demais atrações culturais com temáticas diversas. Um evento de tamanha dimensão recebe visitantes de todos os gêneros e idades durante todos os dias.

Neste ano em questão houve uma possível censura do governo da cidade, especificamente pelo ex-prefeito Marcelo Crivella, que impediu a venda aberta do livro “Vingadores: a cruzada das crianças” no evento, sob argumentação de que a obra tinha conteúdo explícito por conter um beijo gay. A situação foi vista pela sociedade como uma tentativa de censura literária, principalmente por caracterizar uma possível perseguição à comunidade LGBT. O acontecimento gerou revolta, principalmente da internet, que se movia contra as ações do governo, entre os internautas estava o youtuber Felipe Neto, que agiu a frente do movimento contra a censura na Bienal e distribuiu milhares de exemplares do livro de graça durante o evento. Com o objeto de pesquisa estabelecido, sendo ele caso da censura de livros LGBTQ+ na Bienal do Rio de Janeiro em 2019, o objetivo principal do trabalho é investigar como a ação comandada pelo prefeito Marcelo Crivella demonstra uma das características da crise da democracia que o Brasil vive, apontando que esse fenômeno que ataca a literatura não é novo no país, que embora com a presença da democracia, as características de governos censores permanecem. Por meio do conhecimento das informações e das ações geradas durante o período em questão, tanto por meio de uma pesquisa voltada para a investigação de documentos e entrevistas quanto por meio da identificação das partes que sugerem que esse mecanismo utilizado pelo prefeito é uma censura democrática. Ou seja, é possível afirmar que diante das censuras houve diversas resistências, tanto por parte de grupos organizados, ou pessoas influentes isoladamente contra a ação. Isso é capaz de demonstrar também a forma como a própria população luta pela existência da democracia e consegue

identificar quando um ato não é condizente com o regime democrático brasileiro. Esses tipos de grupos são fundamentais para a democracia, pois o funcionamento dela permite que existam divergências e discordâncias entre os governantes e governados.

Uma vez que a pesquisa trará um apanhado histórico sobre o caso da Bienal do Rio de Janeiro em 2019, juntamente com uma associação sobre a crise da democracia, serão utilizados textos base que orientem a escrita, tanto por meio documental quanto bibliográfico. Sendo assim, argumento de uma possível ascensão da política antidemocrática relacionada ao acontecimento na Bienal do Rio, será retratada por meio da obra de Wendy Brown, “Nas ruínas do Neoliberalismo”, o livro trata de “questões por meio da teorização de como a racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI.” (BROWN, 2019, pp. 16). Além disso, partindo da mesma temática neoliberal e crise da democracia, o texto de Luciana Ballestrin também visa explicar a construção dessa democracia frágil no Brasil, uma vez que ela busca compreender que a pós democracia parte de um período de transição política, marcada por incertezas e inconstâncias, de acordo com a autora, “O Brasil demonstrou ao mundo que as agendas neoliberal e neoconservadora, quando contrariadas e aliadas, são capazes de produzir uma ruptura democrática com aparência democrática.” (BALLESTRIN, 2018, pp. 160). Uma vez que a pesquisa discursa acerca da censura como parte simbólica da crise da democracia, a utilização dessas obras será de extrema importância para a construção da base teórica do texto.

A pensar sobre o tema da censura literária, especificamente, a autora Sandra Reimão conduzirá a bibliografia sobre esse aspecto de acordo com a ampla abordagem no tema em suas obras. Reimão utiliza da abordagem da censura literária no contexto da ditadura militar para explicar como os livros significam uma ameaça ao sistema e aos governos antidemocráticos, dessa forma será utilizado como bibliografia obras que fortalecem a dinâmica de uma democracia marcada por episódios de ditadura, cuja censura foi muito marcante. Ademais, uma vez que o ocorrido foi um fato público, foram dadas diversas entrevistas e pronunciamentos sobre o caso, tanto pelo próprio prefeito Crivella, quanto por outros agentes envolvidos no caso; além de documentos oficiais, como decisões judiciais, que fizeram parte do processo do caso. Todo esse material será utilizado como base para o trabalho, uma vez que a análise documental faz parte da metodologia estabelecida. Uma vez que foi utilizado como

justificativa para a ação o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere ao artigo 78, que pede que conteúdos explícitos sejam vendidos dentro de embalagens lacradas para a identificação da venda para menores de idade. Além da Lei 5.250 de 1967, que define a liberdade de expressão como um dos princípios fundamentais da constituição, que certifica a “publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos ou quando atentem contra a moral e os bons costumes.”¹

O Brasil demonstra características de uma democracia frágil e muito nova, durante o período da república nem sempre a democracia prevaleceu, passando por ditaduras, golpes, cassações de mandatos, suspensão de eleições, votos de cabresto, etc. A presença de uma democracia fragilizada abre espaço para um escopo de problemas, tais como a censura. Durante o período da Ditadura Militar, a repressão a diversas obras literárias era comum. No Brasil, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 e a ascensão de um governo de direita através de um golpe ocasionou uma série de medidas opressoras e fortalecimento de um regime conservador. Embora a crise da democracia não date de um momento específico na política, em 2018, após a eleição de Bolsonaro, a democracia começou a sofrer ataques ainda maiores, limitando a liberdade de expressão e reforçando a intolerância. Nesse escopo, não somente o governo federal está atrelado a medidas de censura, mas também governos municipais, que é o caso estudado.

Diferente de defender um ponto de vista como certo ou errado, o objetivo do trabalho é entender a crise da democracia no Brasil, partindo de uma análise que vem sendo feita em trabalhos anteriores, classificando o que faz com que o regime político brasileiro seja considerado frágil, principalmente diante de atos de censura. Ou seja, o objetivo específico do trabalho é a centralização no ato da Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2019 como um dos momentos que fortalece a crise da democracia brasileira.

Por meio do método de pesquisa bibliográfica será delineado o trabalho, que tem por objetivo aprimorar e investigar o tema através de obras já publicadas anteriormente, seja por meio de livros, artigos científicos, ou demais fontes escritas. Através desse método, é buscado entender e desenvolver o trabalho por meio de uma

¹ **BRASIL.** Lei 5.250 de 9 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm

análise crítica do ocorrido, principalmente no que se refere a como a crise da democracia é um feito decorrente ao longo da história da democracia brasileira. Por meio do levantamento bibliográfico preliminar foi estabelecido que as principais fontes bibliográficas que serão utilizadas serão obras de Wendy Brown, Luciana Ballestrin e Sandra Reimão.

Além disso, partindo de uma análise de documentos, serão utilizadas técnicas de pesquisa documental, esses materiais tem como função base indicar, enriquecer e informar sobre o ocorrido na Bienal do Livro, uma vez que envolve diversos agentes públicos, há diversas fontes de pesquisa que são originárias de documentos oficiais, como decisões judiciais, portarias, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e até mesmo a própria Constituição Federal, ao que se refere à temática de democracia e liberdade de expressão.

Além disso, algumas redes sociais também foram utilizadas como meio de propagação das informações, o prefeito anunciou o recolhimento das obras por meio de vídeo publicado em suas redes sociais, logo, por meio desse discurso feito por Crivella em suas redes sociais, será utilizado o método de análise de discurso, buscando compreender as construções de ideologia presentes. As redes sociais tem um forte impacto no ocorrido, uma vez que a publicação do vídeo pelo ex prefeito foi feito por este meio, o que acabou repercutindo principalmente nas mídias sociais, representando boa parte das manifestações contra o ato, como é o caso das notas de repúdio de escritores e demais personalidades, além de atos de oposição como o caso do youtuber Felipe Neto, que agiu contra a retirada dos livros na Bienal.

Uma vez que serão envolvidos atores reais e com fundamentação política bem polarizada, o princípio do trabalho é sempre ser subjetivo quanto às informações trazidas, deixando clara a posição de cada um deles a fim de se chegar a um objetivo claro para o trabalho, que é mostrar que esses atos de censura são características de democracias frágeis.

No primeiro capítulo tratará da discussão acerca do conceito geral de crise da democracia, embasando-se principalmente no que a autora base do trabalho, Wendy Brown entende sobre o tema, pontuando, principalmente, a correlação entre neoliberalismo e crise da democracia, desde a forma em que os governos autoritários estão crescendo cada vez mais dentro das democracias da América Latina até o que leva a essa fragilidade da democracia e das instituições políticas a partir de bibliografias sobre o tema. É também trazido o debate sobre a crise da democracia no

Brasil, foi observado importante que essa temática fosse apontada, uma vez que o evento em questão tem como ponto central a censura como um elemento da crise democrática. É pontuado momentos significativos para o agravamento da crise no Brasil, desde a perda de confiança nas instituições, com os escândalos de corrupção no governo federal, até o golpe ocorrido em 2016 o qual tirou a presidente Dilma Rousseff do poder, até a eleição de um governo de extrema direita em 2018.

O segundo capítulo tratará do controle cultural de governos conservadores, a forma em como governos autoritários tendem a utilizar da manifestação cultural para controlar o que deve ou não deve ser acessado pela população, desde músicas, peças, até livros. Aqui faz-se um resgate de momentos em que governos autoritários tomaram de conta da livre manifestação cultural e passaram a determinar o que deveria ou não deveria ser publicado. Assim, pode-se ver a forma como essas estruturas são passíveis de voltar à medida em que esses governos vão crescendo também.

Já no capítulo 3 será trazida a análise do ocorrido durante a bienal do Rio de Janeiro a partir do que foi trazido sobre crise da democracia e censura nos capítulos anteriores, explicando o porquê do acontecimento se tratar de uma tentativa de censura literária por parte do governo do estado, observando os fenômenos que fazem com que esses governos conservadores busquem esse tipo de política censora para eliminar opiniões adversas ao que o governo acredita, desde àquilo que afeta os princípios da família tradicional até àquilo que pode vir a criticar a sua forma de governo.

Finalmente, no quarto capítulo é contextualizado como a censura literária é um elemento que caracteriza a crise da democracia. Uma vez que a liberdade de expressão e a liberdade cultural fazem parte da estrutura democrática, uma vez que se vê momentos em que é proibida a manifestação desses pensamentos que estão garantidos por lei, vê-se uma clara crise da democracia em percurso. Não apenas isso, mas a formação de diversas situações que unidas formam uma democracia frágil, desde uma situação em que um governo com discursos conservadores e anti diversidade é eleito, até momentos em que suas políticas afetam os direitos humanos e constitucionais.

1. Crise da democracia

É fundamental caracterizar a democracia antes de fundamentar uma possível crise desse sistema. Para Bobbio, democracia não significa isoladamente que o povo participe da tomada de decisões, mas sim que aqueles que serão eleitos sejam capazes de garantir o direito à liberdade, à opinião, expressão, reunião, etc.²

A crise da democracia está em curso no mundo inteiro, a ascensão de governos antidemocráticos é um marco na história política e social de diversos países e datam de registros antigos. Ou seja, pensar em um determinado momento em que a crise da democracia tem seu começo pode ser errôneo, uma vez que os marcos antidemocráticos foram acontecendo gradativamente,

A conjuntura pós-democrática atual pode ser caracterizada a partir da crescente autorização pública da ascensão de discursos autoritários, antidemocráticos e anti-humanistas, com apelo e adesão popular/populista. (BALLESTRIN, 2018, pp. 157).

Temos que, em países cuja a democracia tem tendência a se deteriorar, quanto mais frágeis, maior a possibilidade do aparecimento de figuras autoritárias, além disso, a grande incidência desses governos antidemocráticos pode ocasionar uma incidência de que esse tipo de ideologia se espalhe para outras democracias também, principalmente após a expansão econômica e união política mundial do século XXI. Na América do Sul, em 2011, apenas o Chile possuía governo de direita, já em 2016, esse número aumentou, sendo na Argentina, Chile e Paraguai. Todavia, em 2021, esse número cresceu de uma forma significativa, dos 12 países que compõe a América do Sul, 6 países contam com governos de direita ou centro-direita no poder. Ou seja, é notável que o crescimento nesses governos não é um fator isolado ao redor do mundo, mas o mais importante é entender o porquê desse fator.

A tomada de governos autoritários e antidemocráticos acentuam políticas racistas, xenofóbicas, machistas e LBGTFóbicas. A ascensão desses tipos de governo é explicada por inúmeras variantes, normalmente, os discursos utilizados por esses políticos são determinantes para sua eleição, dentre eles, a utilização da família como o maior valor a ser protegido, exemplificando todos os fatores que podem infringir os valores familiares conservadores, além do forte sentimento de nacionalismo, sustentando a ideia de que o Estado deve estar acima de qualquer coisa, “a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos

² **BOBBIO**, Norberto. “O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.” Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Página: 19.

próprios governos eleitos.” (LEVITSKY, 2018, pp. 16) O uso desses discursos que reforçam a anti diversidade é sempre utilizado por governos que desaprovam políticas inclusivas, logo, o crescimento deles é caracterizado por uma aceitação por parte do eleitorado que aprova as mesmas políticas de igualdade social. Essa crescente onda neoliberal e pós-democrática, é exemplificada por Ballestrin a partir de três análises sendo elas: um possível recuo democrático no sentido hegemônico; o crescente discurso autoritário que reforça governos anti-humanistas com grande adesão popular; a colonização da economia mundial dentro da política nacional de cada país; a disseminação do neoliberalismo para todas as esferas sociais e políticas; e finalmente, o esvaziamento da democracia, como já citado.³ À vista disso, pode-se entender que essa onda de direita neoliberal que cresce no mundo, principalmente no Brasil, percorre diversos fatores que levaram a dimensão política atual, caracterizando por muitos motivos, uma possível crise democrática em percurso. Há países em que o liberalismo e o neoliberalismo já é forte e muito bem consolidado, entre eles os EUA, que sempre determinou que a esfera econômica é o menor fator de interferência do Estado na economia. Entretanto, há países em que o liberalismo nunca foi forte e muitas vezes nem sequer foi presente uma vez na política, mas, de anos para cá, aconteceu uma crescente onda desses governos em diversos países. Um exemplo é o Brasil, que desde 2002 era governado por governos de esquerda, mas em 2016 mudou totalmente sua conjuntura e acabou que em 2018 um presidente de extrema-direita acabou sendo eleito.

Além disso, a insatisfação política fortalece esse tipo de governo, pois os discursos contra o sistema atual, acentuando os escândalos corrupções, crises econômicas, além disso, favorece com que a população perca a confiança no funcionamento das instituições, “a confiança institucional é um importante atributo na dinâmica democrática, que sustenta a legitimidade das democracias.” (CASTRO; SANTOS; BEAL, 2020, pp. 104). Cenários assim, com bastante incidência de escândalos políticos, unido a outros fatores, como social, econômico, mundial, contribui para que crises democráticas apareçam. O mau funcionamento das instituições faz com que a população perca a valorização do voto, mecanismo principal da democracia. Assim, há um aumento de pessoas que se abstêm da escolha dos governantes, por associarem a própria política como corrupção. De acordo com

³ **BALLESTRIN**, Luciana. “O debate pós-democrático do século XXI.” Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, n. 2, 149-164, dezembro/2018, página 157.

Miguel, é difícil descrever com exatidão o que ocasionou a crise de representação, porém, há fatores que fortalecem um possível declínio, entre eles a medida de comparecimento do eleitorado durante as eleições, além da desconfiança nas instituições e o esvaziamento dos partidos políticos, que são medidos por meio de surveys. Principalmente em países em que o voto é obrigatório, como no Brasil, a obrigação do eleitorado por escolher entre um partido ou um candidato faz com que ele opte por votar em branco ou nulo para se abster da decisão da escolha.⁴

1.1 Crise da democracia no Brasil

A democracia brasileira sempre mostrou fragilidade, mas durante o período de 2016, pós golpe, essa fragilidade se mostrou ainda maior. Esse processo de crise está se acentuando na medida em que governos conservadores vão tomando mais a frente da política nacional, ao ponto em que, em 2018, o presidente Jair Bolsonaro foi eleito em base de discursos extremistas que em muitas vezes atacava a democracia, despertando até a o discurso de implementação de um novo governo militar, “a reorganização da direita política ocorre nesse contexto e resgata as dimensões autoritária e neoliberal que estavam adormecidas no debate público.” (SANTOS; TANSCHHEIT, 2019, pp. 161) A questão é que o Brasil parece seguir uma onda autoritária que cresce em toda a América Latina, a insatisfação política desses países em geral gerou um fenômeno de crescimento de governos autoritários. O autoritarismo, de acordo com Ballestrin, vive bem nos países latino-americanos, isso é caracterizado por uma velha dinâmica colonial, imperial e capitalista.⁵

Há também um argumento trazido por Norris e Inglehart diz respeito ao fenômeno que denominaram de *cultural backlash*, ou teoria da reação cultural. Ou seja, identidade sociais fundadas em princípios de fé, família e conservadorismo vem retomando com força em sociedades ocidentais. O argumento usado por eles é que hoje o número de pessoas conservadoras parece maior dado aos resultados políticos das eleições, aos movimentos sociais, partidos autoritários, o que se torna ainda mais

⁴ **MIGUEL**, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. RBCS Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003. Página 124.

⁵ **BALLESTRIN**, Luciana. “O debate pós-democrático do século XXI.” Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, n. 2, 149-164, dezembro/2018, página 157.

aparente dentro da sociedade.⁶ A eleição de Bolsonaro caracterizou a quebra de uma polarização entre PT e PSDB, a esquerda e o centro que sempre disputaram o poder a 20 anos, ou seja, o fenômeno eleitoral que aconteceu em 2018 foi fora da curva da política brasileira, e com ela uma grande onda de eleições de candidatos conservadores em todo o Brasil.

O cenário democrático no Brasil sempre foi muito claro, desde 1994 havia uma polarização muito bem marcada entre PT e PSDB pelas eleições do executivo federal. A questão é que, esse cenário se estendeu por 20 anos, os outros candidatos à frente da disputa acabaram por coadjuvantes em uma eleição que sempre foi disputada pelos dois partidos. A maior questão por trás dessa polarização está na forma como ela pode acabar comprometendo o funcionamento pleno da democracia, primeiro porque há uma radicalização dos adversários, fazendo deles inimigos, com discursos totalmente opostos e com pouco diálogo para debater de fato o bem-comum, apenas visando a própria rivalidade. Hoje, o cenário político brasileiro ainda é igual, mesmo que não faça mais sentido a polarização formada por PT x PSDB, o que se vê é uma formação de dois grupos adversários que disputam entre si o poder e a verdade, o petismo e o antipetismo. Onda essa que pareceu tomar força após o golpe de 2016 e os escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores.

Esses governos conservadores não tomaram conta apenas do governo federal, mas durante as eleições de 2018 houve um grande aumento de governos de direita ou centro-direita em âmbito estadual e municipal, dos 26 estados, 16 são governados por governadores de direita ou centro-direita, além do Distrito Federal. No caso específico do Rio de Janeiro, em 2018, não apenas o governador era de direita, mas também o prefeito da capital do estado, Marcelo Crivella. Crivella foi eleito com discursos conservadores, salientados pela sua profissão de pastor evangélico, com fortes ideais cristãos e defesa da família,

Tantos retrocessos foram acompanhados do fortalecimento de discursos públicos em favor das hierarquias sociais, vistas como reflexos de uma ordem superior, definida por Deus ou pelo mercado, que não pode ser desafiadas. (MIGUEL, 2019, pp. 11)

Após as eleições de 2019, o legislativo também sofreu mudanças consideráveis no que diz respeito a porcentagem de deputados e senadores do espectro de direita

⁶ **CABRERA**, Valéria. “*Cultural backlash: uma explicação convincente?*”. Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 302-311, jul./dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina, páginas 303-304)

no poder. De acordo com dados do TSE, divulgados pelo portal Congresso em Foco, em 2019 a bancada da Câmara dos deputados contava com 247 parlamentares de direita, 130 de centro e 136 de esquerda. Já no Senado, 31 são de direita, 31 de centro e apenas 17 são de partidos de esquerda⁷. Além disso, o partido com maior número de deputados em exercício na Câmara é o União Brasil, recém formado após a fusão dos partidos PSL e DEM, e que hoje conta com uma bancada de 78 deputados, partido esse que nasceu com a ideologia de conservadorismo liberal, esses são os dados disponibilizados no site oficial da Câmara dos Deputados.

A questão clara presente no cenário político do Brasil é de uma direita conservadora extremamente fortalecida em todos os exercícios de poder político, desde o executivo nacional até os estaduais e municipais, além do legislativo federal. Ou seja, trabalhar com pautas que sejam referentes à diversidade sexual é muito mais difícil, uma vez que a base do poder é contra esse tipo de pauta e fará com que não sejam aprovadas. A grande questão é que no Brasil a aceitação em massa desses discursos e dos apoiadores fiéis de políticos anti diversidade está cada vez maior, desde 2018, após uma eleição marcada por maioria de discursos fomentados da família tradicional brasileira, o crescimento de eleitores que concordam com esse tipo de política que exclui principalmente as minorias é um fato que reforça como a comunidade LGBT no Brasil está cada vez mais excluída dos espaços de poder.

Ou seja, a pensar que a democracia brasileira nunca foi de fato consolidada ao ponto de ser tornar completamente estabelecida e longe de ataques, golpes e demais crises, é talvez, errôneo dizer que o que se vive no país se trata de uma desdemocratização, mas sim de fato de uma crise da democracia que se sustenta desde o seu nascimento, “infelizmente, os eventos que vêm ocorrendo no país desde 2013 apontam que estávamos apenas surfando na crista da onda democratizante que provavelmente está chegando ao seu final.” (AVRITZER, 2018, pp. 275). A situação no Brasil se encontra em um cenário em que aos poucos as pessoas foram perdendo cada vez mais a confiança no sistema político, a taxa de abstenção nas eleições de 2018 atingiu o pico desde 1998, com índice de 20,3% de acordo com dados do TSE.⁸

⁷ **SARDINHA**, Edson; **COSTA**, Sylvio. Direita cresce e engole o centro no Congresso mais fragmentado da história. Congresso em Foco, 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/direita-cresce-e-engole-o-centro-no-congresso-mais-fragmentado-da-historia/> Acesso em: 16 de abril de 2022.

⁸ **PAIXÃO**, André. “Abstenção atinge 20,3%, maior percentual desde 1998”. Portal G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/abstencao-atinge-203-maior-percentual-desde-1998.ghtml>. Acesso em: 10 de março de 2022.

Esse tipo de comportamento eleitoral em que a população escolhe a não decisão fortalece com que governos antidemocráticos e autoritários se elejam sem muita dificuldade.

Durante o evento cultural Lollapalooza, que reúne shows nacionais e internacionais em São Paulo, ocorreu um ato em que a cantora Pabllo Vittar segura uma bandeira do ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva que foi entregue por alguém que estava na plateia durante a sua apresentação no dia 25 de março de 2022. No outro dia, o Partido Liberal, partido do atual presidente Jair Bolsonaro, que também concorrerá à reeleição em 2022, moveu uma ação no Supremo Tribunal Eleitoral contra manifestações políticas durante o festival após considerarem que a ação significava uma possível campanha pré-eleitoral ao pré-candidato à presidência, Lula, uma vez que a campanha eleitoral só poderia começar no dia 8 de agosto de 2022. No mesmo dia, o ministro do TSE, Raúl Araújo concedeu a liminar que censurou quaisquer manifestações políticas nos próximos dias do evento, sob multa de R\$ 50 mil para quem infringir o pedido. De acordo com o ministro, a compreensão dele sobre o evento promoveu propaganda política estimulada pelos artistas. O argumento utilizado foi também pautado em cima de uma legislação, a Lei 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições, no art. 36. "A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição."⁹ O que foi dito, tanto pelo ministro quanto pelo Partido Liberal indicava que as manifestações políticas eram contra a lei das eleições, pois trataria de propaganda política antecipada. A questão, porém, é que o Partido dos Trabalhadores não esteve à frente das manifestações políticas ocorridas no evento, tão sequer o ex-presidente Lula, o que não configura uma possível propaganda eleitoral, mas sim uma simbólica manifestação política por parte da sociedade que estava no local do evento, o que não configura qualquer tipo de crime.

Entretanto, após a decisão judicial, tanto o público que participou do evento, quanto aqueles que acompanhavam apenas pelas redes sociais, além dos artistas que se apresentavam no evento, entenderam a ação como censura artística e política e protestaram durante os últimos dias do evento, mesmo os artistas estrangeiros se manifestaram publicamente durante os shows contra a medida de censurar as

⁹ **BRASIL.** Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm.

manifestações políticas, como foi o caso da cantora do Reino Unido, Marina. Entretanto, no dia 28, o próprio Partido Liberal pediu para retirar a ação no STE, além disso, o ministro Raúl Araújo acatou o pedido do PL, após tantas críticas por parte da sociedade e de outros membros do governo, como é o caso do Partido dos Trabalhadores, do candidato Lula.

Ou seja, há uma clara representação de que a crise da democracia é acompanhada de governos controladores, principalmente cultural, quando a força política sobressai sobre aquilo que não deveria, tal como a liberdade de expressão e manifestação política.

2. Controle cultural de governos conservadores;

Governos autoritários ou conservadores tendem a determinar o que é aceito ou não culturalmente, é possível analisar isso em diversos cenários, mas no Brasil, principalmente durante a ditadura militar, quando o que podia ser lançado por meio de música, livro, peças, etc, era muito censurado pelo governo. A determinação do AI-5 (Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968), foi a maior dessas censuras durante o período. De acordo com o site Memórias da Ditadura, do Instituto Vladimir Herzog, em 1965 o Ministério Público veio a publicar uma lista com 33 livros considerados de natureza subversiva, entre eles estavam o Cadernos do Povo Brasileiro, as obras de Karl Marx e de Friedrich Engels, além de livros de intelectuais brasileiros de esquerda. Os livros, mesmo durante o passar dos anos, exercem grande influência sobre a sociedade e não perdeu sua importância cultural, mesmo após as transformações tecnológicas, é possível adquirir um livro por meio digital e lê-lo com algum dispositivo on-line, ou ainda da forma mais antiga, a compra de livros físicos ainda é forte no país. Só no Brasil, em 2021, em pesquisa feita Sindicato Nacional dos Editores de Livros em parceria com a Nielsen, cerca de 43 milhões de livros foram vendidos no país durante o ano, ou seja, ainda que seja uma forma de cultura que muitas vezes não chega a todas as famílias brasileiras, principalmente por causa do seu valor, ainda sim é um objeto de conhecimento extremamente importante para a formação de opinião das pessoas. A utilização de espaços públicos e de poder para barrar que essa informação chegue à parte da sociedade é parte de políticas controladoras.

Uma certeza que se há é que as bases políticas e familiares do Brasil são formadas por instrumentos tradicionais desde o princípio. Assim como a maioria das políticas ao redor do mundo, a construção da democracia foi moldada por trás de conservadorismos religiosos e tradicionais, desde o princípio, quando mulheres eram excluídas do sufrágio universal, até a proibição de casamentos homoafetivos no Brasil, que só veio a ser reconhecido em 2017. As bases tradicionalistas no Brasil ainda são fortes e moldadas a cada dia de acordo com quem reforça isso dentro do poder. Isso tudo cai em outras áreas da sociedade, como na arte e na cultura. Um dos setores mais ameaçados por governos conservadores é a cultura e a arte como um todo, principalmente quando ela diverge daquilo que é considerado um ataque ao conservadorismo religioso. O caso da Bienal do Rio é um exemplo claro disso, uma vez que a obra retrata um beijo LGBTQ+, sendo vendida em um espaço de realização pública do município de São Paulo, “são esses papéis sociais que modulam a estrutura da “família” e rechaçam qualquer outro modelo social e, entre os mais odiados (e temidos), a homossexualidade.” (MALTA, FLEXOR, COSTA, 2020, pp. 10). Governos que veem esse tipo de ato como uma ameaça ao sistema tradicional fará com esse tipo de informação não chegue não facilmente para a população. O que vimos em 2021 reforça ainda mais a forma como o governo retrata a literatura como um objeto de manipulação.

Em 2021, o ministro da Economia, Paulo Guedes, informou que haveriam novas reformas econômicas e tributárias no país, entre essas, a taxaço de livros em 12%, o que faz com que o valor do livro seja aumentado e isso impossibilita ainda mais a camada social mais baixa de adquirir obras literárias. O que reforça ainda mais essa relação entre classe é o próprio argumento usado pela Receita Federal ao defender a taxaço, de acordo com um documento disponibilizado pelo órgão, “famílias com renda de até 2 salários mínimos não consomem livros não-didáticos e a maior parte desses livros é consumida pelas famílias com renda superior a 10 salários mínimos.”¹⁰. Esse tipo de política, seja de uma econômica ou até mesmo por meio de discursos que reforcem a discriminação de grupos são parte do processo de controle cultural estabelecido pelos governantes, em maior parte, conservadores.

¹⁰ **BARBOSA**, Marina. “Receita defende taxaço de livros sob argumento de que pobres não leem.” *Correio Braziliense*, 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/economia/2021/04/4916782-receita-defende-taxacao-de-livros-sob-argumento-de-que-pobres-nao-leem.html>. Acesso em: 2 de abril de 2022.

A ação de Crivella de mandar apreender as obras e colocar em sacos plásticos pretos com aviso de conteúdo foi uma forma de evitar que esses livros fossem vendidos de maneira legítima, justificando pontos legais para a ação. Esse tipo de medida pode ser encarado como um controle cultural dos governos, que já foi muito comum no Brasil durante a ditadura militar, no momento em que muitas obras eram proibidas por apresentarem qualquer situação que incomodasse o regime. Uma vez que vivemos em um governo democrático, a simplesmente proibição ou apreensão sem qualquer viés se torna um fator simplesmente antidemocrático. A escolha do ex-prefeito de utilizar argumentos para legitimar sua medida é mais uma forma de exemplificar como o controle cultural dos governos conservadores está mascarado por trás da democracia, “o objetivo da censura é a preservação do poder e para exercê-la, o Estado conta com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo este último o que exerce o controle e a repressão.” (OTERO, 2004, pp. 10)

Wendy Brown, quando retrata as ruínas do neoliberalismo em sua obra, disserta sobre a liberdade religiosa e a liberdade de expressão. A questão retratada por ela identifica que a união entre as corporações, os conservadores cristãos e seus aliados reforçam cada vez mais as normas tradicionais sexuais e de gênero contra a igualdade e a antidiscriminação. (BROWN, 2019) É aí que entra o conflito entre o que é entendido sobre liberdade de expressão, sobre o que realmente é juridicamente legal ou não. Governos censores tendem a legitimar as suas ações por meio de mecanismos falhos, uma lei interpretada de outra forma, ou até mesmos discursos públicos que legitimam a suas ações perante a sociedade, que acaba contribuindo indiretamente.

O apoio do governo como um todo, âmbitos federal, estadual e municipal, contribui para que políticas de censura sejam apoiadas em todas as esferas nacionais. O cenário em que se deu a Bienal do Livro do Rio de Janeiro não contou com manifestações contrárias ao ato por parte do presidente da República, Jair Bolsonaro, que de imediato deveria se opor à censura. No entanto, dentro da esfera estadual, o ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, que tem um filho LGBT, durante a abertura do Fórum Nacional, no mesmo período do acontecimento, se manifestou quanto ao acontecimento, afirmando que, “uma obra literária se pudesse causar uma tragédia à sociedade teria que ser muito diferente daquilo.” (WIZEL, 2019).

O caso da Bienal do Rio de Janeiro, embora não seja a primeira e nem a última tentativa de censura no país, foi emblemático dado as circunstâncias do acontecimento e a dimensão do evento, principalmente ao que se refere a como a sociedade agiu contra o ato.

3. O caso da Bienal do Rio de Janeiro

Diante da discussão feita acerca da crise da democracia e sobre os governos conservadores em relação à manifestação cultural, é possível fazer uma análise do contexto. O livro é usado como instrumento de cultura e difusão de conhecimento, não é de hoje que mecanismos de repressão são usados para bloquear a difusão desse saber, durante o período da Ditadura Militar no Brasil, muitos livros foram proibidos por serem considerados perigosos contra o regime da época. De acordo com o acervo do Instituto Vladimir Herzog, no site Memórias da Ditadura, “a intolerância moral e sexual, típica do pensamento conservador, justificou a proibição de centenas de livros rotulados como “imorais”. Um dos autores censurados nessa época foi Plínio Marcos, que em seus livros “abordavam temas considerados tabus, como sexo, lesbianismo, homossexualidade, miséria e marginalidade.”

O ataque à comunidade LGBTQ+ pelo ex-prefeito Marcelo Crivella é decorrente, a censura de livros com a temática durante a bienal apenas reforçou ainda mais a aversão à diversidade por parte do ex-prefeito. A Bienal do Livro do Rio de Janeiro teve sua primeira realização em 1983 e sempre foi um dos maiores eventos literários do Brasil. O evento reforça a importância da leitura para o aprendizado, mas também demonstra que os livros são uma imensa fonte de diversidade. O tema LGBTQ+ vem recebendo um espaço especial durante o evento, fortalecendo diálogos e vivências sobre o tema.

A forma como os visitantes da Bienal agiu diante da censura pode ser definida como uma forma de manifestação contra a ação do governo do Rio de Janeiro, desde o momento em que os livros foram adquiridos encapados por uma capa preta, até o atual instante, em que o livro censurado, “A Cruzada das Crianças”, se encontra esgotado em diversas plataformas de venda ainda em 2022. Além disso, durante o evento houve uma manifestação por parte do público que gritava “não vai ter censura”, além de lerem o artigo 5º da Constituição, enquanto carregavam os livros distribuídos gratuitamente.

O governo de Marcello Crivella sempre foi pautado a partir de uma ideologia que representasse esse espectro conservador, pautas como igualdade de gênero ou homofobia fazem parte de seu governo através desse tipo de viés, cada vez mais tentando restringir os direitos e liberdades. O ocorrido da Bienal do Livro em 2019 apenas reforçou que esse pensamento conservador e interferência religiosa sempre foram a base da sua legislatura. Em contraponto, em entrevista para a Folha, Crivella disse não atuar como bispo dentro da prefeitura, e que o argumento que utilizou para justificar o ato foi em relação ao que o ECA diz a respeito da embalagem de livros considerados impróprios por conterem conteúdo sexual, “não foi censura porque há previsão em lei. Não eram apenas as imagens, haviam diálogos, e eles sugerem relações afetivas” disse Crivella em entrevista à Folha.” De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente conteúdos impróprios devem ser lacrados antes de serem comercializados.

Art. 78. As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

Entretanto, a ação de Crivella demonstrou ambiguidade, uma vez que livros com demonstrações afetivas heterossexuais não foram apreendidos da mesma forma. Além disso, o conteúdo do livro “Vingadores: a cruzada das crianças” não demonstra qualquer conteúdo sexual e impróprio, apenas um beijo, ato presente em diversos livros à venda na Bienal. Na medida cautelar de suspensão de liminar, o próprio Ministério Público configurou a ação como censura, por meio de documento foi dito que “o Estatuto da Criança e do Adolescente não deve ser aqui invocado, uma vez que o tema em questão não é, per se, ofensivo a valores éticos, morais ou agressivos à pessoa ou à família”. Por outro lado, mesmo com a decisão judicial reforçando a falta de aparato jurídico para considerar o ato como válido, em entrevista, Marcelo Crivella afirma que o que foi feito não é considerado censura, por estar previsto em lei e reforça que “não eram apenas as imagens, haviam diálogos, e eles sugeriam relações afetivas, não importa se homossexuais ou heterossexuais.”

A censura literária é comum em governos antidemocráticos, pôde-se presenciar isso durante a segunda guerra mundial, quando, em praça pública milhares de livros foram queimados a mando do secretário de cultura do governo nazista, isso porque os livros traziam conhecimento e atentavam contra a supremacia do estado.

Não muito além, diversas outras ditaduras e governos ao redor do mundo também usaram da proibição literária como mecanismo de controle. Entretanto, o caso da Bienal do Livro traz ainda mais um agravante, a LGBTfobia, uma vez que o livro trazia como temática um beijo homoafetivo, o que foi visto como imoral pelo governo. A questão trazida tem uma série de agravantes, o ex-prefeito Marcelo Crivella, por meio da utilização de sua autoridade governamental, entrevistou em um evento de realização do Sindicato Nacional dos Editores de Livros e dos expositores.

Ainda em 2021, o acontecimento garantiu que discussões sobre censura e liberdade de expressão se tornassem uma prioridade durante os dias do evento. Durante a 20ª edição a Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública do Rio de Janeiro, através de representantes da Coordenadoria Executiva de Diversidade Sexual debateu em mesa aberta ao público temas referentes a democracia, liberdade sexual e censura, além da própria liberdade de expressão por meio da literatura. De acordo com o próprio site da Prefeitura do Rio de Janeiro, durante o evento foi dito pelo coordenador executivo, Carlos Tufvesson, que qualquer demonstração de afeto pública não é considerada crime.

O afeto demonstrado em um beijo é assegurado por lei. Ninguém tem o direito de, arbitrariamente, intervir na forma de amar de duas pessoas adultas, sãs e conscientes de si. Esse discurso populista fundamentalista não se importa com o sofrimento que impõe às famílias que ele ataca. Falas e atitudes discriminatórias são totalmente contrárias à ideia da democracia, e precisam ser combatidas. (TUFVESSON, 2021)

A relação entre o autoritarismo, conservadorismo e a discriminação de grupos minoritários andam juntos, a caracterização de um simples beijo LGBT como um conteúdo inapropriado para crianças é um objeto que pode ser entendido como parte de uma estrutura completa que compõe esses governos. Se um beijo gay é entendido como um conteúdo explícito, é entendido que um beijo entre um casal hétero causasse a mesma objeção por parte do governo, o que não aconteceu diante de tantas obras. O controle cultural dos governos é um traço daqueles que entendem que sua força supera o entendimento de liberdade de expressão, sobrepõe uma ideologia ou uma opinião sobre aquilo que é sobre guardado por lei. Infelizmente, as diretrizes dos direitos LGBT implementadas em 2017 foram retiradas do Ministério dos Direitos Humanos logo após a posse de Bolsonaro, o que torna a luta por justiça ainda mais difícil, onde não há muitos objetos legais para utilizar a favor da luta. Utilizar de um argumento do ECA para que a censura seja validada amplia o campo do que poderia

ser retirado de circulação de acordo com o que foi justificado por Crivella. Sendo assim, quaisquer obras, sendo de caráter LGBT ou não, poderiam sofrer uma censura com a mesma argumentação por meio de uma legislação que pode ser interpretada de diferentes formas.

Por outro lado, a forma como a sociedade agiu diante do acontecimento também tem grande significado sobre como a aceitação para com esse tipo de ação do governo. Assim que o vídeo de Crivella foi lançado nas plataformas, a comunidade que faz parte das mídias sociais, em grande parte, se manifestou contra. Até o presente momento, o post do youtuber Felipe Neto anunciando que comprou cerca de 14 mil livros com temática LGBT para serem distribuídos gratuitamente durante a bienal conta com 124 mil curtidas na plataforma. Foi com esses livros distribuídos em mãos que durante o evento manifestantes protestaram contra a censura no dia do evento. Ou seja, embora a crise da democracia seja uma circunstância clara vivenciada no país nos últimos anos, não há ausência de manifestações democráticas da sociedade contra ou a favor de certas políticas públicas ou de ações governamentais, pelo contrário, o uso da internet como plataforma de manifestação política vem crescendo cada vez mais, principalmente em um contexto de pandemia vivenciado após o ano de 2020, onde as pessoas não podiam sair nas ruas para manifestar, mas usaram das redes sociais como forma de protesto para com muitas situações. Assim foi feito durante a Bienal do Rio em 2019, muitas pessoas no país inteiro que se queriam presentes durante o evento usaram as plataformas para protestar contra a ação do prefeito. Por mais que os efeitos da crise da democracia estejam sobrando em diversas camadas da estrutura democrática, uma das formas mais democráticas existentes, que é a liberdade de manifestação, continua sendo fortemente utilizada pela sociedade, mesmo que em formas diferenciadas ao advento da modernidade.

4. Censura literária como elemento da crise da democracia

Como já demonstrado, muitas coisas caracterizam uma crise da democracia, tal qual a perda de confiança nas instituições, ascensão de governos autoritários, golpes, etc. Contudo, o que uma crise da democracia é possível gerar é relativo a como essas ações antidemocráticas sobressaem as questões econômicas e as eleições. A existência da democracia permite com que haja liberdade de pensamento,

sem que haja ataque aos direitos humanos, ou seja, é possível que um autor ou um artista use em suas obras temas variados sem que o Estado não interfira no lançamento ou comercialização do feito. A censura literária é um dos elementos que a crise da democracia pode gerar. De acordo com Robert Darnton, “uma visão etnográfica da censura a trata de maneira holística, como um sistema de controle que permeia as instituições.” (DARNTON, 2014, pp. 291) Ou seja, censuras fazem parte da maioria das sociedades democráticas e não democráticas ao redor do mundo, é um mecanismo que anda em conjunto com as instituições políticas.

A livre manifestação de pensamento, diversidade sexual e de gênero e as mais diversas formas de cultura são parte da democracia, uma vez que esses mecanismos são bloqueados para a sociedade, a democracia está sendo fragilizada, de acordo com Sandra Reimão, “uma das primeiras providências dos regimes autoritários é restringir a liberdade de expressão e opinião; trata-se de uma forma de dominação pela coerção, limitação ou eliminação das vozes discordantes.” (REIMÃO, 2014, pp. 75). A comunidade LGBT, considerada como minoria no Brasil, é uma das primeiras a sofrer com os ataques de governos conservadores e antidemocráticos, o exemplo disso é o próprio governo federal. Após sua posse, no segundo dia de governo, o presidente Jair Bolsonaro retirou a população LGBT das diretrizes de Direitos Humanos. Pouca é a representatividade desse grupo dentro do poder político, o que afunila ainda mais a luta pela igualdade e contra a opressão.

A história da censura de livros no Brasil é antiga, desde o Estado Novo, que datou de 1937 a 1945, onde episódios de queima de livros em praça pública foram observados logo no primeiro ano. De acordo com Jorge Ramos, jornalista e escritor do site Correio 24 horas, houve uma “1.827 livros considerados “propagandistas do credo vermelho” em Salvador, sendo que 90% desses livros eram de autoria de Jorge Amado, isso porque o autor tinha retratos muito marcantes em seus livros no que se referia ao capitalismo, desigualdade, exploração do trabalho, etc. Por outro lado, a ditadura militar, ocorrida logo após o período do Estado Novo, também foi forte no que se refere a censura literária.

No Brasil, o regime democrático é um fato inquestionável de acordo com a constituição, entretanto, atos de censura são conhecidos em diversos momentos da história política do país, ainda no período colonial a Coroa tinha uma lista na qual proibia a circulação de certas obras no território, tais como obras iluministas ou que de alguma forma criticassem a Igreja Católica. Em outro momento, quando

vivenciamos a ditadura militar em 1945, a Constituição outorgada de 1967 oficializou a centralização da censura como atividade do governo federal, em Brasília. Quando o Ato Institucional número 5 foi decretado, as atividades censórias já se encontravam centralizadas no governo federal.” (REIMÃO, 2014, pp. 76)

Os vestígios de governos que têm como base a autoridade e a coerção acima de seus mandatos tendem a seguir essas propostas similares a governos não democráticos em determinados momentos,

A erosão da democracia acontece de maneira gradativa, muitas vezes em pequeníssimos passos. Tomado individualmente, cada passo parece insignificante - nenhum deles aparenta de fato ameaçar a democracia. Com efeito, as iniciativas governamentais para subverter a democracia costumam ter um verniz de legalidade. (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, pp. 90-91)

Ou seja, por mais que o caso da censura de livro no Rio de Janeiro em 2019 não represente por inteiro que o governo é de fato um governo antidemocrático, a tentativa de, através de um argumento em cima da legalidade do ECA, censurar uma obra literária LGBTQ+ pode representar sim uma erosão discreta da democracia que está acontecendo desde 2013 no Brasil. Para a comunidade LGBT, esse tipo de representação em meios literários e culturais são essenciais para entender e dar legitimidade a existência da diversidade, “a cruzada das crianças representa não somente a possibilidade de desejar pessoas do mesmo sexo biológico, como também de que esse sentimento se torne socialmente aceito desde a infância.” (MALTA; FLEXOR; COSTA, 2020, pp.9)

De acordo com a lei nacional brasileira, estabelecida na Constituição Federal de 1988, o Estado dispõe sobre a censura em:

Art. 220 – A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 2º – É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Logo, qualquer censura que tenha como princípio a ideologia religiosa, tal qual a censura de obras com temática LGBT vai contra a Constituição Federal. A não ser que o ato seja considerado legal pelo poder judiciário, o que não é o caso da Bial do Rio de Janeiro, que teve a decisão revogada pela justiça, e de fato, independente da temática associada a obra, seja um ataque a democracia aos direitos humanos, uma vez que a CF garante esses direitos, a medida de suspensão da obra pode ser considerada censura de acordo com a lei.

O governo federal iniciou sua candidatura e prosseguiu durante a legislatura com o slogan principal que guiaria as ações governamentais, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, reforçando ainda mais a forma como a ideologia religiosa vem guiando as ações do governo durante os anos de poder. Ou seja, espera-se que, por meio desse tipo de política baseada na fé seja baseada, muitas vezes, pelos princípios da religião e dos considerados bons costumes. É, sem dúvidas, arriscado misturar crenças religiosas com a política, uma vez que religiões em particular não são capazes de representar 100% da sociedade, principalmente em Estados considerados laicos. A objeção da religião diante de políticas públicas divergentes à religiosidade, se for tratada como fundamentação para a formação de uma opinião política pode acabar rejeitando diversas camadas da sociedade.

No estado de Rondônia, em 2020 outro marco sobre a censura literária marcou a forma como esse fator está cada vez mais forte dentro da crise democrática em que vive o Brasil, onde o governador Marcos Rocha planejava fazer uma seleção de livros tidos como inapropriados para as escolas, entre os autores da possível censura estavam Machado de Assis, Rubem Alves, Mário de Andrade e Euclides da Cunha. De acordo com o portal El País, o Ministro do STF, Dias Toffoli declarou que “é absolutamente inacreditável que no século XXI alguém tente censurar livros como esses”, classificando a ação como um desrespeito à Constituição de 1988.¹¹

O veto da venda ou da distribuição de livros no país é um marco de que a censura está institucionalizada no Brasil, principalmente após o crescimento da extrema-direita. A violação da liberdade de expressão tomou proporções em é possível caracterizar o fenômeno como um dos elementos mais presentes dentro da crise da democracia, dado as circunstâncias em que em diversas situações podemos observar esse tipo de censura contra a liberdade de expressão.

Considerações finais

A crise da democracia está em percurso no Brasil há muito tempo, não é um fenômeno recente e muito menos inédito, a censura é um dos mecanismos usados por governos autoritários e antidemocráticos que exemplificam como a democracia se

¹¹ **OLIVEIRA**, Regiane. “Censura de livros expõe “laboratório do conservadorismo” em Rondônia”. El País, 2020. Disponíveis em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>. Acesso em: 24 de abril de 2022.

mostra frágil de diversas maneiras. O fenômeno da censura durante a Bienal do Rio de Janeiro marcou apenas um dos momentos, mas muitos vieram antes e ainda mais depois, ainda em 2022 em eventos artísticos e culturais de modo geral vem sendo censurados ou sofrendo perseguição pela parcela antidemocrática do governo.

A censura do livro “Vingadores: a cruzada das crianças” marcou não apenas a tentativa de censura literária, mas também evidenciou a homofobia presente dentro dos espaços de poder no Brasil, que muitas vezes comanda com forte objetivo de excluir a comunidade LGBTQIA+ de todos os espaços democráticos e sociais, seja por meio da proibição da circulação de uma obra artística até mesmo da exclusão dessas pessoas das diretrizes dos direitos humanos.

O que é evidenciado durante o trabalho é que o crescimento do neoliberalismo e da direita conservadora é um fenômeno que se alastra de uma forma mundial, mas principalmente nos países latino americanos, como é o caso do Brasil, que após inúmeros crises políticas e escândalos de corrupção vivenciou nos últimos 8 anos episódios de golpes e posteriormente a eleição de um governo de extrema direita com discursos de antemão antidemocráticos. A crise da democracia nesses países não tão fortemente consolidados dentro desses regimes, ou seja, que tem no seu histórico momentos de ditadura, golpes antidemocráticos, grandes escândalos, tendem a sofrer com mais incidência com esse tipo de governo autoritário. A democracia brasileira é relativamente nova, data-se de 1989 a Constituição Federal, com grandes oscilações durante esse período, a crise sempre pareceu instaurada no país, mas que durante os anos de 2016 até o momento, está cada vez mais evidenciada.

No entanto, é evidenciado a partir da forma como a sociedade agiu diante da censura que a luta pela democracia e a discordância com esse tipo de ação antidemocrática junto ao preconceito é um dos elos que faz com que a democracia ainda seja um objetivo por parte da sociedade. O enfraquecimento da democracia, seja por meio da perda da confiança nas instituições, seja por meio da eleição de um governo autoritário, abriga uma série de problemas que vem evidenciam cada vez mais a força que esses governos estão tomando, desde a censura de um livro, até a censura de uma manifestação política pública e outros mecanismos antidemocráticos.

Bibliografia

BALLESTRIN, Luciana. O debate Pós-democrático no Século XXI. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, n. 2, 149-164.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Não atuo como bispo evangélico na prefeitura, diz Marcelo Crivella. Folha de São Paulo, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/nao-atuo-como-bispo-evangelico-na-prefeitura-diz-marcelo-crivella.shtml>

BARBOSA, Marina. “Receita defende taxaço de livros sob argumento de que pobres não leem.” Correio Braziliense, 2021.

BOBBIO, Norberto. “O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.” Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 fev. 2012

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. “*Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.*” Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, Distrito Federal, 16 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

BRASIL. Lei 5.250 de 9 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm

BRASIL. Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Presidência da República, Casa Civil.

BRASIL. O Ministério Público e os direitos de LGBT: conceitos e legislação. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará, Brasília, 2017. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MPeDireitosLGBT.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Suspensão de Liminar nº 1.248-RJ. Requerente: Procurador-geral de Justiça. Requerido: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 8 de setembro de 2019. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/755469657/medida-cautelar-na-suspensao-de-liminar-mc-sl-1248-rj-rio-de-janeiro>. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão antidemocrática no ocidente. Traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. - São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CABRERA, Valéria. Cultural backlash: uma explicação convincente? Em Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 302-311, jul./dez., 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. Crise e reinvenção da política no Brasil. Editora Companhia das Letras, 1ª edição, 2018.

DARNTON, Robert. “Censores em ação - como os estados influenciaram a literatura.” Tradução: Rubens Figueiredo. Editora Companhia das letras, edição 1ª, São Paulo, 2016.

GUIMARÃES, Ana Cláudia. Escritores convocam samba e literatura contra a censura, no Centro do Rio. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 28 de março de 2022. Coluna Blog do Ancelmo. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/escritores-convocam-samba-e-literatura-contra-censura-no-centro-do-rio.html>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

GRECCO, Gabriela. *“Censoring the word: public control of press and books in Brazil.”* Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo, Santa Maria, n. 29: Censura e Violência, jan.-jun. 2017, p. 37-48.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. Editora Loyola, São Paulo, 2008.

MALTA, Renata Barreto; **FLEXOR**, Carina Luisa Ochi; **COSTA**, Aianne Amado Nunes. *“Uma nova velha história: sobre censura e literatura LGBT+”* Estudos da literatura brasileira contemporânea, sessão temática: literatura LGBT+. Brasília, n. 61, e6110, 2020.

MARTINS, Heloisa. *“Metodologia Qualitativa de Pesquisa.”* Universidade de São Paulo: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. RBCS Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

MIGUEL, Luis Felipe. O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016. 1ª edição, Fundação Roa Luxemburgo. São Paulo, 2019.

MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2019.

RABÊLO, Cecilia; **BASSIN**, Carol. A censura a obras artísticas e as regras do jogo democrático. Estadão, São Paulo, 28 de março de 2022. Sessão: Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-censura-a-obras-artisticas-e-as-regras-do-jogo-democratico/>. Acesso em 20 de abril de 2022.

REIMÃO, Sandra; **MARTINS**, Bruno Guimarães; **MUNIZ JR.**, José de Souza. Livros, autoritarismo e resistência: conversas, In: Resistências compartilhadas: comunicação, liberdade e cidadania. 1 edição, Intercom, São Paulo, 2021.

REIMÃO, Sandra. O Departamento de Censura e Diversões Públicas e a censura a livros de autores brasileiros 1970 -1988. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Itercom, Curitiba, 2009.

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...” – censura a livros na ditadura militar. Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RUAS, Maria Tereza. *“Dependência, neoliberalismo e desdemocratização brasileira.”* Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política. Brasília, 2020.

RUNCIMAN, David. Como a democracia chega ao fim. Tradução: Sergio Flaksman. Editora Todavia, 1ª edição, 2018.

SARDINHA, Edson; **COSTA**, Sylvio. Direita cresce e engole o centro no Congresso mais fragmentado da história. Congresso em Foco, 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/direita-cresce-e-engole-o-centro-no-congresso-mais-fragmentado-da-historia/> Acesso em: 16 de abril de 2022.

SOUSA, Angélica; **OLIVEIRA**, Guilherme; **ALVES**, Laís. *“A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.”* Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021

TSE aceita pedido de arquivamento e derruba censura ao Lollapalooza. Revista Consultor Jurídico, 29 de março de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mar-29/tse-aceita-arquivamento-derruba-censura-lollapalooza>. Acesso em: 30 de março de 2022.

OLIVEIRA, Regiane. “Censura de livros expõe “laboratório do conservadorismo” em Rondônia”. *Él País*, 2020. Disponíveis em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>. Acesso em: 24 de abril de 2022.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. “*Censura prévia de livros: a moralidade como recurso político.*” Memória e História, ANPUH - Universidade Federal do Pernambuco. Recife, outubro de 2004.

PAIXÃO, André. “Abstenção atinge 20,3%, maior percentual desde 1998”. Portal G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/abstencao-atinge-203-maior-percentual-desde-1998.ghtml>. Acesso em: 10 de março de 2022.

PRZEWORSKI, Adam. Crises da democracia. Tradução Berilo Vargas. Editora Zahar, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2020.

LEVITSKY, Steven. Como as democracias morrem. Editora Zahar, 1º edição, Rio de Janeiro, 2018.